

Pé de página da campanha

Ricardo A. Setti *

Um episódio pitoresco aconteceu durante a recente turnê pelo exterior do candidato do PT à Presidência, deputado Luís Inácio Lula da Silva. Foi em fevereiro passado. Lula e sua pequena comitiva estavam em Portugal, e o deputado-metalúrgico seguiu para sua audiência em palácio com o presidente da República, Mário Soares, levando em mãos um pacote que continha um presente. O mimo fora providenciado pelo PT, no Brasil, e despachado para Portugal sem que o candidato soubesse de seu conteúdo. Oferecido a Mário Soares, o presidente mais do que depressa abriu o pacote, para constatar que havia, dentro, o que fora uma pedra de cristal reduzida a pó durante o trajeto para além-mar.



Mário Soares, que além de político competente é homem de grande bom humor, apressou-se a salvar a situação, brincando com Lula: "Quando consertarmos, vai ficar muito bonita", comentou. Alguma trapaça da sorte fez espatifar-se o cristal, mas no gesto de Lula havia, embutido, um acontecimento inédito na recente história política do Brasil: o pacote petista foi despachado para as mãos do candidato pelo malote do Itamarati que, assim, lançou civilizadamente mão de seus serviços para auxiliar uma missão política de um candidato de oposição ao atual governo. Não foi apenas nisso que o Ministério das Relações Exteriores colaborou com a viagem do candidato do PT: virtualmente todas as entrevistas oficiais de Lula nos vários países que percorreu foram marcadas por intermédio dos diplomatas brasileiros.

O mesmo ocorreu com outro candidato que se opõe ao atual governo — o ex-governador alagoano Fernando Collor de Mello, do PRN —, e um terceiro opositor que viajou recentemente, o ex-governador Leonel Brizola, do PDT, só não recorreu ao Itamarati porque tem canais próprios muito bem azeitados com os governantes socialistas com quem se avistou. Apesar do atual escândalo que sacode a Fundação Visconde de Cabo Frio, vinculada ao Itamarati, o trabalho executado pela burocracia profissional brasileira nas viagens de candidatos merece ser ressaltado como uma das peças da engrenagem da atual campanha eleitoral que têm sido deixadas um tanto em segundo plano, ofuscadas pela intensidade dos holofotes dirigidos principalmente para os protagonistas principais do espetáculo, os candidatos. Mas vale a pena fazer um rápido balanço de outras dessas peças, mesmo em dias agitados na ribalta política que incluem um vasto cardápio de variedades, indo da *opera buffa* em que se constituiu a ida da comitiva do presidente José Sarney às comemorações do bicentenário da Revolução Francesa até o primeiro debate entre candidatos à Presidência jamais realizado na televisão brasileira, ontem à noite, pela Rede Bandeirantes.

Uma espécie de anotação de pé de página da corrida presidencial, então, incluiria, além da atuação do Itamarati, itens como os seguintes:

Os institutos de pesquisa: cumpram adequadamente seu papel, não justificando as suspeitas levantadas, aqui e ali, num período de compreensíveis paixões políticas. Deveriam ter uma periodicidade mais rigorosa na divulgação de seus dados, importantes para a orientação dos eleitores, de forma a evitar acusações de manipulação em seu *timing*.

As emissoras de televisão: também desmentem as profecias de manipulação, favorecimento ou cobertura tendenciosa. Reportam de forma correta a campanha — inclusive a Globo, alvo invariável de patrulhamento nesse campo —, dando tratamento equilibrado e espaço razoavelmente equânime aos vários candidatos. Abriram um espaço generoso para o debate de idéias e começam a organizar debates propriamente ditos com e entre os presidencialistas (terreno em que a Globo precisa se mexer). Com olhos mais serenos — e também mais descansados do Brasil — que os nossos para enxergar a realidade do país, o *brazilianist* norte-americano Thomas Skidmore chega mesmo a considerar, como disse recentemente ao JORNAL DO BRASIL, que o nível da campanha tal como mostrado pela mídia surpreende pela qualidade, relevância e nível de informação.

A Justiça Eleitoral: discreto e firme, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Francisco Resek, tem sido um fator de equilíbrio para a campanha. Já deu a entender que o TSE poderá estudar a apuração dos votos pelas próprias mesas receptoras — o que daria uma desejável maior velocidade aos trabalhos. Também manifestou posição importante para a ampliação da liberdade de informação no país ao defender, com base na Constituição, a legalidade da divulgação de pesquisas eleitorais durante toda a campanha, ao contrário do que estatui a lei restritiva recentemente aprovada pelo Congresso. A atuação de Resek não deixa qualquer saudade da gestão de seu antecessor, o hoje ministro da Justiça, Oscar Corrêa, autor de barulhentas e indevidas críticas à Constituinte, quando

juiz, e hoje, ministro, acalentando o sonho de ser candidato das forças de centro à Presidência — uma piada.

Os programas dos candidatos: acusados de não existirem e, assim, fazerem terrível falta à campanha e ao país, começam a dar o ar de sua graça. Fernando Collor, do PRN, era criticado por

ausência de programa, e agora há quem o critique por finalmente ter um. Mário Covas, do PSDB, chegou a ser criticado por demorar demais a elaborar seu programa, e, agora que ele está pronto e sendo divulgado, há quem o critique até por ser bom demais. De todo modo, já não é mais por falta de programa que a campanha vai ser apontada como carente de nível. Até o doutor Ulysses Guimarães e seu PMDB já têm um no forno.

Os sindicatos: a Central Única dos Trabalhadores (CUT), tida como braço sindical da candidatura do PT, trouxe uma espantosa contribuição à campanha, ao assegurar que não tem candidato à Presidência. Deve ser para provar isso que, com seu grevismo, trabalha tanto contra Lula. No mais, as lideranças sindicais — passada a mosca azul que zumbia diante do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antônio de Medeiros, que quase foi vice de Brizola — têm em geral deixado suas máquinas a uma distância razoável da campanha, o que é bom.

A juventude: pela pífia percentagem de alistamento eleitoral dos cidadãos de 16 a 17 anos, decepção. Nelson Rodrigues, se fosse vivo, com certeza voltaria a aconselhá-los: "Envelheçam o mais rápido que puderem."

O governo: depois de várias tentativas diretas e indiretas de influir na campanha — e excluída a hipótese da volta do fantasma Jânio Quadros que, sabe lá Deus, ainda acaba sendo o candidato do Planalto —, meteu convenientemente o rabo entre as pernas. Que assim permaneça.

A Igreja: anda surpreendentemente quieta. O que estará havendo?

* Editor regional do JORNAL DO BRASIL em São Paulo